

Inclusão digital no Proinfo integrado: perspectivas de uma política governamental

Handherson Leylton Costa Damasceno

Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação Comunicação e Tecnologias (GEC/UFBA). Salvador, BA – Brasil.
E-mail: handhersondamasceno@gmail.com

Maria Helena Silveira Bonilla

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC/UFBA). Salvador, BA – Brasil.
E-mail: bonillabr@gmail.com

Maria Sigmar Coutinho Passos

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias pela Universidade Federal da Bahia (GEC/UFBA). Salvador, BA – Brasil.
E-mail: mariasigmar@gmail.com

Resumo

As discussões e os debates sobre a inclusão digital no Brasil não sinalizam para uma síntese, sendo marcados por apropriações diferenciadas, tanto nas políticas públicas de inclusão digital, quanto nos debates e publicações acadêmicas. Neste artigo buscamos uma sistematização e análise sobre a questão da inclusão digital tomando como objeto o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado. Para o debate sobre inclusão digital, tomou-se como base as discussões de Bonilla (2010), Bonilla e Oliveira (2011), Lemos (2003; 2011), Silveira (2011). Sobre o Proinfo Integrado, baseou-se nas contribuições de autores que pesquisam sobre o tema, documentos do programa, além de outros autores que transversalizam a análise aqui proposta. Neste estudo, conclui-se que a inclusão digital é vista apenas pelo

viés da capacitação tecnológica, colocada como estratégia para melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de habilidades técnicas para a inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave

Capacitação tecnológica. Ensino. Inclusão digital. Mercado de trabalho. Proinfo Integrado.

Digital Inclusion in the Proinfo Integrado: governmental policy perspectives

Abstract

The discussions and debates on digital inclusion in Brazil do not point out to a synthesis, which is marked by differentiated appropriations, both in the public policies of “Digital Inclusion” and in the debates and academic publications. The objective of this paper is to seek a systematization and analysis of the issue of digital inclusion, based on the National Program for Continuing Formation in Educational Technology - Integrated Proinfo. The debates on Digital Inclusion are based on the discussions presented by Bonilla (2010), Bonilla and Oliveira (2011), Lemos (2003, 2011), Silveira (2011). The Proinfo Integrado is presented according to the contributions by authors who have analyzed the theme, documents referring to the program, in addition to other authors who have studied this proposal. The conclusion is that the digital inclusion is seen only by its nature of technological capability, considered as a strategy for improving the quality of teaching and development of technical skills for entering the labor market.

Keywords

Digital Inclusion. Labor market. Technical skills. Technological capability.

INTRODUÇÃO: INQUIETAÇÕES INICIAIS SOBRE AS POLÍTICAS DE TIC E EDUCAÇÃO

As políticas de educação e tecnologia advindas do Ministério da Educação (MEC) são voltadas para as escolas das redes públicas e apresentam uma abrangência numérica que, *a priori*, já justificaria sua avaliação científica. Tomando como recorte o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), dados do ano 2010, disponíveis no *site* do MEC, indicam: 104.373 laboratórios instalados, 55.000 com Internet (Banda Larga nas Escolas) e formação para 550 mil professores e gestores (Proinfo Integrado)¹. O simples acompanhamento *in loco* da concretização dessa política traria elementos para questionar a efetivação desses números.

Parece-nos coerente afirmar que somente a instalação de laboratórios de informática nas escolas não redunde no pleno acesso da comunidade escolar aos elementos da cultura digital (LEMOS, 2003; BONILLA, OLIVEIRA, 2011); tampouco a problemática reside no computador, mas no engessamento dos sistemas educacionais, enredados por diretrizes diversas e com um cunho meramente tecnicista da educação (HOLMES, 1999). Além disso, a demora na criação da infraestrutura básica para esse acesso nas escolas² torna preocupante o avanço da democratização do acesso às redes digitais para a maioria da população que não dispõe de recursos para o acesso privado e que, portanto, depende da mediação do Estado, mediante políticas públicas, para a garantia desse direito, em locais como os infocentros e laboratórios de informática das escolas, ou ainda, através de redes wi-fi em locais públicos. Assim, é pertinente pensar em políticas públicas que viabilizem a garantia desse direito, e urge repensar as maneiras de solucionar o problema mais amplo do acesso à cultura digital (PRETTO, 2006).

¹ Dados obtidos no site <http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/chart_30.php>. Acesso em: 25 mar. 2013. No referido site, não constam dados do ano em curso.

² Rede elétrica adequada, instalação e manutenção dos computadores, rede de conexão para internet.

Os recursos financeiros para a informatização das escolas foram garantidos no processo de privatização das empresas de telecomunicações, com a criação do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust). No entanto, a longa demora na regulamentação do fundo esvaziou as políticas estatais de inclusão digital, especialmente na disseminação do acesso público às redes digitais - equipamentos e internet -, mas também para a inserção das TICs nas escolas (PASSOS, 2006).

Bonilla e Oliveira (2011) apresentam dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil, do ano de 2009, que mostram a preferência pelo acesso público pago, a exemplo de *lan houses* (45%), em detrimento do acesso público gratuito (4%), nos infocentros, perspectiva que se mantém nas pesquisas seguintes, o que já demonstra a ineficácia da última estratégia para a universalização do acesso a essas TICs. Os autores questionam os significados desses dados: seriam a organização e a gestão dos telecentros pautada no excesso de controle que faz com que os sujeitos prefiram pagar para ter mais liberdade no acesso à rede? São suposições que precisam de pesquisas mais densas para se confirmar, mas que inquietam os pesquisadores.

A inserção das TICs na educação com a instalação dos laboratórios de informática nas escolas também vem, em geral, seguindo a mesma lógica tecnocrática de instalação dos infocentros, sem um aprofundamento dos novos usos sociais dessas tecnologias. As questões e problemas levantados nesse contexto têm despertado interesse de pesquisadores, que vêm analisando as políticas de TIC e educação, especialmente a partir dos programas governamentais implementados na década de 90. Barreto *et al* (2006) fizeram um levantamento das produções (artigos, publicações e teses) na área de TIC e educação, entre 1996 e 2002, e concluíram que parte significativa das produções é voltada para TIC na formação de professores, e que o aumento das publicações tem relação com a consolidação de programas nacionais na área, como Proinfo, TV Escola e Paped. Tal constatação indica que essas políticas têm impacto não somente nas áreas sociais em que diretamente atuam, e que sua avaliação não passa somente por análises

internas dos próprios órgãos governamentais que implementam tais políticas, há o interesse de uma avaliação científica que as legitime socialmente.

Entre essas políticas, o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), lançado em 1997, visava informatizar escolas com a instalação de laboratórios de informática, na primeira etapa, em 6.000 escolas públicas (CYSNEIRO, 2001). Após um período de esvaziamento, em 2007, o programa foi reformulado, sendo nomeado Programa Nacional de Tecnologia Educacional, e passou a englobar três eixos: 1) implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas; 2) formação dos profissionais; 3) publicação de conteúdos digitais educacionais. Num contexto tecnológico diferente do período de sua instalação, o Proinfo passa a ter como meta a inclusão digital dos sujeitos da educação (comunidade escolar, professores e gestores), mas sem a infraestrutura de conectividade que garantiria sua inserção nas redes digitais.

As ações de formação de professores e gestores escolares passam a ser parte do Proinfo Integrado - Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional. No cerne dessa mudança, há uma perspectiva de centralização das ações de formação, seus conteúdos e diretrizes, antes elaboradas e executadas com maior autonomia pelos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) e Núcleos de Tecnologia Municipal (NTM)³, em conformidade com as demandas de cada rede de ensino; com a nova formatação, os NTE/NTM passam apenas a dar suporte aos cursos promovidos pelo programa.

Tais mudanças, por serem recentes, ainda carecem de pesquisas que avaliem as implicações sociais e educacionais desses direcionamentos. Em levantamento inicial, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁴, foram identificadas cinco dissertações que abordam o

Proinfo Integrado. A leitura do resumo desses trabalhos indica que a perspectiva priorizada nas pesquisas é dos desdobramentos do programa na prática pedagógica dos professores ou na organização da gestão escolar. De antemão, percebemos que a categoria *inclusão digital* não é tomada como principal objeto de estudo. Assim, buscamos contribuir com o debate sobre a inclusão digital no contexto educacional a partir do programa de formação Proinfo Integrado.

O artigo proposto levanta algumas questões acerca das concepções de inclusão digital presentes nas diretrizes do Proinfo Integrado partindo da premissa que as discussões e os debates sobre a inclusão digital no Brasil não sinalizam para uma síntese, sendo marcados por apropriações diferenciadas, tanto nas políticas públicas de inclusão digital, quanto nos debates e publicações acadêmicas. Logo, as discussões propostas neste trabalho objetivam uma sistematização dos nossos questionamentos e inquietações como pesquisadores da área de educação, comunicação e tecnologia.

Por se tratar de um tema ainda polêmico e polissêmico no âmbito das políticas públicas, dos pesquisadores e mesmo na apropriação social comum, para o debate sobre inclusão digital tomamos como base as discussões de Bonilla (2010), Bonilla e Oliveira (2011), Lemos (2003; 2011), Silveira (2011). Sobre o Proinfo e o Proinfo Integrado, nos ancoramos nas contribuições de Cysneiros (2001), Oliveira (1997), Quartiero (2010), Passos (2006) e em documentos do programa, mas também nos apoiamos em outras fontes, que transversalizam a análise aqui proposta, como Azevedo (2001), Ferreira (2002), Bianchetti (2001), Schaff (1995), Pretto (1999 e 2006) e Pretto e Silveira (2008).

INCLUSÃO DIGITAL: UM DEBATE EM ABERTO

As políticas sociais, numa sociedade capitalista, têm alcance limitado e duração restrita e visam a manutenção do próprio sistema, sem promover transformações estruturais na sociedade. Os

³ Os NTE são vinculados às Secretarias estaduais de educação e os NTM às Secretarias Municipais de Educação e coordenados pela União dos Dirigentes Municipais (Undime).

⁴ Portal disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses/> >. Acesso em: 25 mar. 2013.

possíveis avanços respondem mais às mobilizações da sociedade civil do que a alguma perspectiva emancipatória contida na sua concepção. Assim, a defesa da inclusão digital, nesse contexto, apresenta princípios divergentes: ora adquire um caráter conservador, como estratégia para adequação do país à economia globalizada e informatizada, ora como elemento essencial para apropriação dos elementos da cultura digital e emancipação da população, ou ainda como estratégia para inclusão social e combate à pobreza. Por abordarmos um programa governamental, o Proinfo Integrado, ele se insere nos limites de uma ação mediada pelo Estado, enquanto política pública, numa sociedade capitalista, e isso traz implicações para a perspectiva de inclusão digital que discutiremos.

Se estamos falando de uma sociedade que tem na expropriação da riqueza coletiva o seu princípio básico, há realmente uma meta de inclusão social nas políticas públicas, a partir de padrões de cidadania amplos, de toda a população? Como pensar numa perspectiva de inclusão social emancipatória e não conservadora? A adoção do viés neoliberal do capitalismo tem apresentado poucas alternativas para uma parte significativa da população, à margem de padrões mínimos de sociabilidade. O desemprego estrutural, resultante dos avanços técnicos das forças produtivas, sinaliza para diminuição das opções de empregabilidade para grande parte da sociedade que passa a depender de programas governamentais de renda mínima (SCHAFF, 1995). As perspectivas de inclusão social são limitadas por políticas sociais de alcance e duração controlados. Ferreira (2006) afirma que a exclusão é um resíduo necessário das leis de mercado e do modelo de globalização implantado, o que nas políticas públicas tenta ser amenizado por meio de soluções técnicas e da competência administrativa de cada governo, sem a discussão política sobre o modelo de sociedade tornado hegemônico. Assim,

não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta por em ação. (AZEVEDO, 2001, p.59)

No estudo de Azevedo (2001), uma das características fundamentais das políticas públicas é ter o Estado como principal mediador na sua execução. Nessa dimensão, o Estado é definido como espaço público da regulação que visa garantir a reprodução do capital e a manutenção da sociedade capitalista, seja pelas políticas sociais, seja pela ordem política. Nesse sentido, as políticas públicas, entre elas as políticas de inclusão digital, têm seus direcionamentos submetidos aos interesses do capital, sendo priorizadas a instrumentalização técnica dos sujeitos e a distribuição de equipamentos, conforme veremos também, numa dimensão microcontextual, se dá nos direcionamentos do Proinfo Integrado.

Fortemente marcados por um passado de exploração colonial que imolou boa parte dos seus recursos materiais e humanos e ainda dilapida a riqueza nacional pelo viés do pagamento de juros dos empréstimos feitos a organismos financeiros multilaterais, os países da América Latina sofrem de maneira consubstancial. Para essas sociedades, segundo Oliveira (*apud* FERREIRA, 2002), a implantação das rígidas leis de mercado e a diminuição da atuação do Estado nas questões sociais, numa estrutura política-econômica arcaica, agrava os problemas sociais que geram exclusão de grande parte da população que se encontra na faixa da pobreza ou abaixo dela. Bianchetti (2001) afirma que nos países periféricos na América Latina a constituição do Estado e seu controle político sobre a sociedade, mediante políticas populistas, foi fundamental para amenizar as tensões sociais e para efetivação de seu papel subordinado na organização global do capitalismo:

os processos de modernização se realizam em convivência com o atraso agrário, com elementos oligárquicos sobreviventes do passado, com classes dominantes apenas parcialmente burguesas, que têm ideologias conservadoras e uma visão autoritária da ordem. (BIANCHETTI, 2001, p. 40)

A adoção do modelo neoliberal no Brasil, e sua consolidação a partir da década de 90, com os programas de ajuste fiscal e administrativo, contribuíram para a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais e a consequente

redução do orçamento em setores essenciais, como educação, saúde e segurança pública. Paralelamente, as reformas da previdência e a redução dos gastos com funcionalismo público (principais agentes no atendimento das classes populares e na execução das políticas públicas) ocasionam arrocho salarial para uma parte da classe média que também passa a depender das políticas sociais em alguma medida. No geral, a diminuição da atuação do Estado e dos gastos públicos conduziu a uma fragilização da execução das políticas públicas, entre elas, das políticas de inserção das TICs na sociedade brasileira.

É nesse complexo contexto que o debate sobre inclusão digital no Brasil tem adquirido centralidade na última década, em função da presença maciça das tecnologias digitais nas mais variadas atividades sociais, mas também por falta de política coerente e contínua que avance no sentido da universalização plena do acesso às redes digitais, o que gera pauta de reivindicações de diversos setores da sociedade civil, a exemplo das discussões em torno do marco civil da internet⁵.

Se a utilização de alguns equipamentos⁶ que permitem acesso à internet tem se popularizado para o uso privado, a infraestrutura para o acesso público ainda não foi concretizada e as ações governamentais têm sido desarticuladas e pouco eficientes (BONILLA, 2010). As iniciativas públicas e privadas (especialmente através de ONGs) têm se concentrado em criar espaços para acesso à internet, com usos bastante limitados pelos modelos de gestão de cada projeto⁷. Ademais, diversos projetos e programas trazem uma associação simplista entre o combate à exclusão digital, sua superação por meio daquela ação específica de inclusão digital e a consequente ampliação da inserção dos sujeitos que

participam desses projetos na nova sociedade da informação, o que Lemos (2003) chama de 'dogmas da inclusão digital'.

Mas por que a exclusão digital passa a ser um problema a ser combatido e a ter centralidade nesses programas e projetos de inclusão digital? Bonilla e Oliveira (2011) situam a origem do termo exclusão digital na década de 1980, com a introdução da informática, e que ganha força com a disseminação dos usos sociais da internet na década seguinte. As demandas e debates acerca de políticas compensatórias de inclusão digital têm como marco a implantação de programas sociedade da informação em diversos países europeus e nos Estados Unidos na década de 90. No cerne desses debates estava a preocupação com os direcionamentos e as exigências de uma economia globalizada e que tem na circulação de informação a base de sua organização.

Publicado no Brasil, no ano 2000, o Livro Verde do Programa Sociedade da Informação, quando “[...] o país incorpora em sua agenda política a universalização do acesso às tecnologias da informação e comunicação [...]” (BONILLA, 2010, p. 41), tem como principal objetivo criar condições de inserção do país no mercado mundial. Os dados da época demonstravam o atraso do Brasil nas políticas de conexão e a desigualdade no acesso às TICs nas diferentes classes sociais (TAKAHASHI, 2000). É justamente nesse contexto que são lançados diversos programas de inserção das TICs na sociedade e especificamente nas escolas, a exemplo do Proinfo⁸; nesse item reside o interesse de nossa discussão aqui apresentada.

Mais de dez anos depois do lançamento do programa Sociedade da Informação, percebem-se avanços bastante incipientes no que tange às políticas públicas de universalização do acesso às TICs. Dados de 2011 do Comitê Gestor da Internet no Brasil demonstram que, de um universo de 25.000 domicílios, apenas 36% possuem computador de mesa e 18 % computador portátil; entre as

⁵ As discussões em torno do anteprojeto de lei que discute o marco civil da internet no Brasil abrangem vários aspectos entre os quais a responsabilidade do poder público no fomento à cultura digital e nas ações de inclusão digital da população de baixa renda; esses debates têm mobilizado diversos setores da sociedade civil.

⁶ A exemplo de smartphones, tablets, notebooks, pagers.

⁷ Bonilla e Oliveira (2011) analisam alguns pressupostos do Programa de Inclusão Sociodigital do governo do Estado da Bahia e questionam a associação simplista entre a participação no programa e uma presumida apropriação plena das tecnologias digitais.

⁸ Na época de lançamento do Programa Sociedade da Informação no Brasil, as discussões centravam-se na disseminação do uso das TICs na sociedade. No caso das políticas de Educação e TICs, é a partir da reformulação do Proinfo, em 2007, que o termo inclusão digital passa a constar em alguns documentos do programa.

tecnologias mais presentes nas casas brasileiras estão a televisão (98%), telefone celular (87%) e rádio (80%). A mesma pesquisa aponta apenas 38% dos domicílios com conexão à Internet, sendo a maior parte entre famílias com renda familiar acima de cinco salários mínimos (76%), e para as famílias com renda de mais de dez salários mínimos, o percentual sobe para 91%.⁹ Os dados confirmam a presença maciça das diversas TICs na sociedade brasileira, mas o acesso à internet, sem um avanço significativo das políticas públicas, está condicionado ao poder aquisitivo de cada grupo social.

Lemos (2011) aponta os limites postos para a efetivação de uma política de inclusão digital, como o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), em que o *lobby* das empresas de telefonia e das operadoras de internet impede a diminuição dos custos e a melhoria da qualidade do acesso privado à internet: o resultado é que a maioria da população só pode pagar por um serviço de baixa

qualidade para acesso à internet. O autor defende que o acesso às TICs deve ser elemento de uma inclusão social mais ampla:

[...] a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania. (LEMOS, 2011, p. 16).

Acrescenta, ainda, que a inclusão digital deve ser pensada de forma complexa pela transformação das condições de existência, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos da inteligência coletiva: social, cultural, intelectual e técnico.

Uma diferenciação é apresentada por Lemos (2011) para a inclusão digital; para ele existem dois tipos de inclusão: espontânea e induzida. A inclusão espontânea deriva na inserção compulsória dos indivíduos na sociedade da informação através do uso de seus elementos tecnológicos; já a inclusão induzida resulta de políticas públicas e de uma ação educativa para essa inclusão; na

última categoria se inserem os programas de inclusão digital. Pretto e Silveira (2008, p. 76) afirmam ser imprescindível pensar em políticas públicas para conectividade que agreguem, além das máquinas, o acesso de qualidade à internet, com vistas a inserir proativamente os sujeitos nos mais diversos ambientes do ciberespaço. O Proinfo Integrado também se insere no campo das ações induzidas de inclusão digital, tendo o Estado como principal mediador. No entanto, uma análise mais detalhada aponta os limites dessa perspectiva nas propostas do programa.

INCLUSÃO DIGITAL NO PROINFO INTEGRADO: ALGUMAS QUESTÕES

A análise das políticas educacionais engloba aspectos mais amplos que somente a avaliação dos seus resultados. Por isso, se deve buscar os nexos com o modelo de sociedade em vigor. Logo, “a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado.” (AZEVEDO, 2001, p.60). Nesse sentido, analisando os objetivos do Proinfo, verificou-se que intentava uma aproximação da cultura vivenciada na escola com os avanços tecnológicos experienciados pela sociedade contemporânea, bem como a visão democrática que os computadores poderiam proporcionar aos estudantes, egressos das escolas públicas, oportunidades de inserção no mundo do trabalho, em pé de igualdade aos egressos das escolas da rede privada. (QUARTIERO, 2012, p. 194).

O Proinfo, por sua abrangência, representou, nas últimas décadas, o mais relevante programa de informatização das escolas públicas. As idas e vindas com as mudanças no governo federal, nos 15 anos de implementação, resultaram em incompletudes e ambiguidades, tanto na sua concepção teórica quanto na sua operacionalização nas escolas. Desde seus primórdios, o Proinfo traz a informática educativa como a abordagem tecnológica que orientaria a formação de professores e as atividades a serem desenvolvidas

⁹ Fonte: Centro de Estudos sobre Tecnologia da Informação e Comunicação, disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/index.htm>> Acesso em: 25 mar. 2013.

nos laboratórios de informática nas escolas, priorizando a capacitação para o uso de aplicativos e *softwares* como ferramentas educacionais¹⁰. As discussões sobre inclusão digital e a conexão das escolas não foram priorizadas nos direcionamentos do programa, e só recentemente, a partir de 2007, começam a ser citadas nos documentos do Proinfo.

Com a reformulação do Proinfo, o programa passa a abarcar três eixos, entre os quais a formação de professores é parte. As ações de formação passam a compor o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado. No Decreto de reformulação¹¹, supracitado, o terceiro objetivo aponta como meta “promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa”. Essa capacitação se realiza em parceria com os estados, municípios e Distrito Federal onde os NTE/NTM assumem a realização dos cursos.

Entre os processos formativos, inclui três cursos modulares: Introdução à Educação Digital (40 h), Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs (100h) e Elaboração de Projetos (40h). No texto de apresentação do módulo dos cursos¹², explicita-se que os objetivos do programa visam:

a.promover a *inclusão digital* [grifo nosso] dos professores e gestores escolares das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral;

b.dinamizar e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade da educação básica. (RAMOS, 2009, p, 9)

O entendimento é de que a capacitação, o desenvolvimento de habilidades e a competência para o uso pedagógico das tecnologias no ambiente

¹⁰ Sobre a trajetória da Informática Educativa no Brasil, ver OLIVEIRA (1997). PASSOS (2006) aborda as concepções de tecnologia no Proinfo.

¹¹ Decreto 6.300 de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm> Acesso em: 16 ago. 2012

¹² Nesse texto escolhemos o módulo do curso Introdução a Educação Digital.

escolar, com cursos mais aligeirados e tecnicistas, substitui a perspectiva mais ampla da formação de professores. Subjacente também está a concepção de que inclusão digital de professores e gestores é decorrente dessa capacitação. Professores e gestores capacitados nas TICs poderão melhorar a qualidade do ensino na educação básica.

A equação, assim colocada, apresenta as TICs desarticuladas dos processos sociais mais amplos de apropriação dessas tecnologias que se consolidam fora dos muros da escola. Em suma, essa inclusão digital significa capacitar professores e gestores para o uso pedagógico das TICs e melhorar os índices educacionais, uma equação bem simplista e tecnicista. No módulo do curso “Introdução à Educação Digital” há a seguinte definição de inclusão digital:

é a promoção do acesso à informação que está digitalizada, ou seja, que está disponível através das tecnologias digitais. Processos de *inclusão digitais* [grifo nosso] compreendem ações de ampliação do acesso a computadores conectados à internet e de formação para seu uso competente e autônomo, buscando participação emancipatória de todos os membros da sociedade. (p. 38)

Nessa definição, apesar de sinalizar o uso emancipatório das TICs, a inserção nas redes digitais segue o sentido do consumo de informações e não a potencialização da comunicação a partir também da produção e socialização de conhecimentos e informações, ou seja, do entendimento da internet não somente como repositório de informações. E como possibilitar uma inserção autônoma dos sujeitos da educação, se apenas os sentidos e objetivos pedagógicos são valorizados e permitidos na interação com as TICs nas escolas? Para isto, o conceito precisa incluir a autoria e a produção e não apenas o acesso e o consumo. No módulo, também não há uma discussão sobre o tema com os cursistas, nem material para leitura e análise. Como esse é um tema polêmico, e considerando que um dos objetivos do curso é promover a inclusão digital dos professores e gestores escolares, ele necessita de aprofundamento, até para desmistificar a ideia

de que na escola se deve fazer uso pedagógico das TICs (entendido como ensino de conteúdos das diferentes disciplinas) e inclusão digital se faz em centros de acesso público. É necessário avançar para entender as relações entre essas perspectivas.

O conteúdo do curso abarca a discussão de aplicações da Web 2.0, como as redes sociais, produção de blogs, Wikipédia, wikis e outros recursos. Porém, como viabilizar a interação com essas aplicações com os alunos, se não há conexão à internet em grande parte dos laboratórios das escolas? No decreto, a perspectiva de inclusão a ser proporcionada representa o acesso aos computadores e à internet para a comunidade escolar e a comunidade próxima às escolas. O programa Banda Larga nas Escolas compensaria a falta de uma ação de conexão dos computadores distribuídos pelo programa. Mas basta lembrar que na primeira década do programa (de 1997 a 2007) não houve investimento na conexão dos computadores à internet e a ênfase educacional era voltada para informática educativa e para os *softwares* e aplicativos educacionais. Na segunda fase do programa, apesar de ampla divulgação de que o Banda Larga nas Escolas já atendeu a quase totalidade das escolas urbanas, é necessário compreender que o acordo firmado entre o governo e as empresas de telecomunicações, em 2008, previa o atendimento de 56 mil escolas urbanas (PORTAL BRASIL, 2012). No entanto, o número de escolas urbanas no país é muito maior: dos 194.939 estabelecimentos de educação básica do país (INEP, 2010), aproximadamente 75.000 estabelecimentos de ensino público estão situados na zona urbana. Portanto, entre os dados oficiais - 60.000 escolas urbanas conectadas (PORTAL BRASIL, 2012) - e o número total de escolas urbanas, temos a inexistência de conexão em, aproximadamente, 15.000 escolas urbanas. 92% das 83.000 escolas rurais do país não possuem acesso à internet (SENAR, 2010), não são contempladas pelo programa e não temos outro programa em atividade que as abarque em sua totalidade.

A previsão é de que o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) contemple as escolas rurais, mas o cronograma do PNBL e seus encaminhamentos foram alterados em virtude da troca do governo em 2011. Foram construídas novas alianças com

as grandes empresas de telecomunicações para a implementação do programa, o que ocasionou graves prejuízos ao interesse público, e não se tem clareza, hoje, de como o Programa será efetivamente implementado.

A portaria n. 86, de 01 de fevereiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, e define suas diretrizes gerais, prevê, no art. 8º, que trata da infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo, em seu inciso II, “a promoção da inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores e às tecnologias digitais” (BRASIL, 2013). Como essa portaria é bastante recente, não temos informações a respeito das ações que serão encaminhadas para a viabilização da conexão das escolas. Apenas professores de várias escolas rurais da Bahia têm entrado em contato, informando que estão recebendo caixas com *laptops* educacionais, mas sem saber a origem deles, nem como agir para utilizá-los nas escolas.

No Brasil, há uma tradição de políticas, programas e projetos serem instituídos, mas com implementação lenta, que sofre as descontinuidades dos governos e a inexistência de políticas de estado, bem como a falta de articulação com outras ações e políticas governamentais. É o que tem agravado a fragmentação das ações do Proinfo e do Proinfo Integrado, especialmente no que diz respeito à inclusão digital.

Não é em todas as escolas que possuem laboratórios instalados que o corpo docente e gestores possuem a formação oferecida pelo Proinfo Integrado, e algumas nem mesmo possuem acesso à internet para que os professores possam utilizar aos conteúdos digitais dos *sites* Portal do Professor, Domínio Público ou TV Escola. Se pensarmos que a maioria dos cursos oferecidos pelo programa são realizados na modalidade semipresencial ou a distância, com mediação das tecnologias digitais no ambiente virtual e-Proinfo, esses fatores são dificultadores para a participação dos professores e gestores nas formações; e faz sentido cursos a distância para professores/gestores de escolas sem internet?

Uma questão ainda pouco definida se refere à vinculação do Proinfo Integrado dentro da nova estrutura administrativa do MEC, após o Decreto nº 7480/2011, que extingue a SEED e reestrutura o MEC, remanejando as ações e programas vinculados a essa secretaria. E o papel do NTE/NTM nessa reestruturação? Quartiero (2010), em sua pesquisa, fez o levantamento de 447 NTE espalhados em 27 estados e já identificava a diversidade de situações desses núcleos:

Núcleos consolidados, com mais de 10 anos de trabalho; aqueles que não conseguiram funcionar sem o apoio financeiro federal e foram extintos ou permaneceram quase sem atividades de formação, e aqueles que estão iniciando a sua implementação e propostas de formação (p. 564)

Apesar de os NTE/NTM serem peça-chave das formações do Proinfo Integrado, os direcionamentos do programa indicam uma autonomia limitada dos núcleos na proposição dos conteúdos, metodologia e materiais dos cursos para professores e gestores. Atualmente são oferecidos cursos na modalidade semipresencial e a distância que buscam desde a instrumentalização do corpo docente escolar para uso do Linux Educacional, até a organização das atividades no laboratório a partir de projetos de ensino; há também a Especialização em Mídias na Educação (400 horas) realizada na modalidade a distância. Diante da demanda para formação de professores e gestores de escolas contempladas com novos laboratórios, há pouco espaço para oferecimento de outras formações além das propostas pelo MEC.

Na nossa avaliação, em relação à inclusão digital, as ações de formação do Proinfo Integrado sinalizam apenas inserir o termo por sua disseminação nos debates sociais, mais do que por ampliação da concepção que orienta as ações do programa de uso pedagógico das TICs. Aqui, a inclusão digital aparece mais como um imperativo, um dogma tecnológico (LEMOS, 2003), do que uma pauta de debate e problematização nas discussões educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daquilo que eu sei

Nem tudo me deu clareza

Nem tudo foi permitido

Nem tudo me deu certeza

(Daquilo que eu sei - Ivan Lins)

Analisar os direcionamentos governamentais das políticas de TICs e educação e contrastar sua metas com a realidade da presença das tecnologias digitais na escola pode carregar certo determinismo em função das implicações e compromissos que o governo brasileiro assumiu com os organismos internacionais a partir da Conferência Educação para Todos em 1990. No documento resultante desse evento, as TICs aparecem como recursos tecnológicos capazes de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e, assim, também contribuir para melhorar os índices educacionais especialmente nos países em desenvolvimento (FERREIRO, 2001). As TICs também são vistas como ferramentas importantes para formação continuada de professores, especialmente através da educação a distância (EAD). Observamos, nesse âmbito, a expansão de programas de formação de professores em serviço baseado nas ferramentas síncronas e assíncronas.

Na análise que propusemos sobre o Proinfo Integrado, vemos seus limites como uma política pública que visa contribuir com a inclusão digital de professores, gestores e comunidade escolar. No sentido de acomodação que marca as diversas políticas sociais, a capacitação tecnológica é vista como estratégia para melhoria da qualidade do ensino (no caso de professores e gestores) e de desenvolvimento de habilidades técnicas para inserção no mercado de trabalho (no caso dos estudantes), sem maiores questionamentos ao modelo social tornado hegemônico. A inclusão digital apresenta esse fim e, portanto, sem maiores discussões sobre as perspectivas por trás desse movimento social: é o imperativo tecnocrático da inserção na sociedade da informação.

Apesar das implicações macroestruturais de uma política federal, a complexidade e a dinâmica vêm dos sujeitos que executam as diversas políticas e programas

governamentais. Professores, multiplicadores, coordenadores, gestores escolares buscam seus próprios sentidos na concretização desses direcionamentos macro determinados, mesmo sem necessariamente divergir deles.

São as brechas, as incompletudes, incompreensões, imprecisões, tensionamentos e contrastes entre as proposições e direcionamentos oficiais e os contextos de concretização das políticas educacionais que se configuram como um campo profícuo para investigação da complexidade de tais políticas. O olhar atento e a escuta sensível do pesquisador podem contribuir para que as análises sejam mais profundas, completas e próximas à realidade, e sua atuação pode contribuir para um debate mais profícuo acerca da tríade formação de professores – tecnologias educacionais – inclusão digital.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. ed. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BARRETO, Raquel *et al.* As tecnologias da informação e comunicação na formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, jan.-abr., 2006.

BIANCHETTI, Roberto. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2001.

BONILLA, Maria Helena. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. *Motrivência*, ano 22, n.34, p. 40-60, jun. 2010

BONILLA, Maria Helena; OLIVEIRA, Paulo C. S. de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria H.; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. *Programa Nacional de Informática na Educação: Diretrizes*. Brasília, SEED/MEC, julho de 1997.

BRASIL. Decreto 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm>. Acesso em: 16 ago. 2012

BRASIL. Portaria no 86, de 1 de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. *Diário Oficial da União*, 4 fev. 2013, Seção 1, p. 28-29.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. Programa Nacional de Informática na Educação: novas tecnologias, velhas estruturas. In: BARRETO, Raquel Goulart (Org.). *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001

FERREIRO, Emilia. O mundo digital e o anúncio do fim do espaço institucional escolar. *Revista Pátio*, ano 4, n. 16, fev./abr. 2001.

HOLMES, Neville W. The myth of the educational computer. *Computer*, v. 32, issue 9, p. 36-42, sept. 1999.

INEP. *Resumo técnico – Censo Escolar 2010*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7277&Itemid>. Acesso em: 6 mar. 2012.

LEMOS, André. Dogmas da inclusão digital. *Correio Brasiliense*, Brasília, 13 dez. 2003. Caderno Pensar.

LEMOS, André. Prefácio. In: BONILLA, Maria H.; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

OLIVEIRA, Ramon. *Informática educativa*. Campinas: Papirus, 1997.

PASSOS, Maria Sigmar C. *As políticas públicas de educação e tecnologias da informação e comunicação: a concretização nos NTE em Salvador, Bahia*. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia.

PORTAL BRASIL. *Banda larga triplica nas escolas públicas*. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/11/banda-larga-triplicas-escolas-publicas>>. Acesso em: 7 abr. 2013.

- PRETTO, Nelson de L. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- PRETTO, Nelson de L. PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. *Revista Brasileira de Educação*. v.11, n. 31. jan./abr., 2006.
- PRETTO, Nelson de L. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. n. 11, maio/ago. 1999
- QUARTIERO, Elisa Maria. Formação continuada de professores: o processo de trabalho nos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O MERCOSUL/CONE SUL, 18., 2010. *Anais...* Florianópolis: UFSC.
- QUARTIERO, Elisa Maria. (2012). Formação continuada de professores nos núcleos de tecnologia educacional: conteúdos e metodologias. In: FANTIN, Monica, RIVOTELLA, Pier Cesare. (Orgs.) *Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores*. Campinas, SP: Papirus, 2012 p. 195-224.
- RAMOS, Edla et al. *Introdução à educação digital*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2009.
- SENAR. *Projeto escolas rurais*. 2010. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_1.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2012.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*. Trad de: Carlos Eduardo Jordão e Luiz Arturo Obojes 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.
- SILVEIRA, Sérgio A. da. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, Maria H.; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 49-59.
- TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da informação no Brasil: Livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2000